



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CNPJ: 23.697.857/0001-08

Processo: 0016 / 2022
FLS: 40
Rubrica:

PARECER JURÍDICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0016/2022
INTERESSADO: Comissão Permanente De Licitação

Ao Senhor Presidente da Comissão Permanente de Licitação:

PARECER

Submetido ao exame desta assessoria Jurídica para análise e aprovação da minuta do Edital de Licitação na Modalidade Tomada de Preços em epigrafe, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria de contabilidade para Câmara Municipal de São Luís Gonzaga do Maranhão – MA.

Despesa estimada em: R\$ 80.483,37 (oitenta mil, quatrocentos e oitenta e três reais e trinta e sete centavos).

Constam dos autos: Solicitando do Gabinete da Câmara Municipal, Projeto Básico, indicação do recurso, autorização, Portaria Nº 001/2022 de 23/02/2022 designando a Comissão de Licitação, atuação, minuta do edital e seus anexos, despacho da CPL encaminhando os autos a Assessoria Jurídica para análise da minuta do edital nos termos do parágrafo único do artigo 38 da lei nº 8.666/93.

São os relatos.

Passo a opinar.

É curial a necessidade de abertura do processo licitatório para contratação de empresa para prestação de Serviços nos moldes da Lei. 8.666/93 e seus acréscimos.

Antes de adentrar-se à análise do instrumento convocatório, cabe identificar nos autos as exigências compreendidas na fase interna da modalidade escolhida para prestação de Serviços.

Sobre a formalização do procedimento das licitações nos termos do artigo 38 da lei 8.666/93, na fase preparatória da licitação da modalidade Tomada de Preços, deve ser iniciada com abertura de processo administrativo devidamente autuado, protocolado e enumerado, contendo a autorização respectiva,

a indicação sucinta do objeto e do recurso próprio para despesa.

Avenida João Pessoa, 33 – Centro – São Luís Gonzaga do Maranhão – MA.



Processo:	0016/2022
FLS:	41
Rubrica:	✓

ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CNPJ: 23.697.857/0001-08

O artigo 40 da mesma legislação preceitua que o Edital conterá no preâmbulo o número de ordem e série anual, o nome e repartição interessada e de seu teor, a modalidade, o regime de execução e o tipo de licitação, a menção de que será regida pela Lei 8666/93, local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

- objeto da licitação, em descrição sucinta e clara;
- prazo e condições para assinatura do contrato ou retirada dos instrumentos, execução do contrato e para entrega do objeto licitado;
- sanções para o caso de inadimplemento;
- local onde poderá ser examinado e adquirido o projeto básico, quando for o caso;
- condições para participação na licitação, em conformidade com os art. 27 a 31 da lei nº 8.666/93 e forma de apresentação das propostas;
- critério de julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos;
- locais, horários e códigos de acesso dos meios de comunicação a distância em que serão fornecidos elementos, informações, esclarecimentos relativos à licitação e as condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento do seu objeto;
- condições equivalentes de pagamento entre empresas brasileiras e estrangeiras, no caso de licitações internacionais;
- o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedada a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvada o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48;
- critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação das propostas, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela;
- Condições de pagamento, prevendo:

- A) Prazo de pagamento não superior a quinze dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela;
- B) Compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos e descontos, por eventuais antecipações de pagamento;
- C) Exigência de seguros, quando for o caso;
 - instruções e normas para o recurso previsto nesta lei;
 - condições de recebimento do objeto da licitação;

Avenida João Pessoa, 33 – Centro – São Luís Gonzaga do Maranhão – MA.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CNPJ: 23.697.857/0001-08

- outras indicações específicas ou peculiares da licitação
- O Anexo do edital, dele fazendo parte integrante:
- Orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários;
 - A minuta do contrato a ser firmado entre a Administração e o licitante vencedor;

As especificações complementares e as normas de execução pertinentes a licitação.

- parecer jurídico;

Do cotejo dos autos se verifica a formalidade anteriormente citada e prevista na norma, atendendo os requisitos essenciais para deflagração do certame nesta modalidade.

Da análise da minuta do edital e minuta do contrato, se têm atendido os requisitos legais, ou seja, definição precisa e clara do objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com os prazos para prestação de Serviços, e sob o ângulo jurídico – formal, guardam conformidade com as exigências legais preconizadas para o instrumento da espécie, em especial da Lei nº 8.666/93 e seus acréscimos.

Diante do exposto, opino pela aprovação das minutas sob exame, propondo o retorno do processo ao presidente da comissão para as providências decorrentes, nos termos da Lei nº 8.666/93.

É o parecer.
Sub censura.

São Luís Gonzaga do Maranhão – MA, 14 de Março de 2022.

ATOS PAULO NOGUEIRA OTAVIANO
Procurador Geral da Câmara